



## Mulheres no poder

A MAIORIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA É COMPOSTA POR MULHERES, PORÉM AINDA PRECISAMOS AVANÇAR NA LUTA PELA AMPLIAÇÃO E PELO FORTALECIMENTO DA PRESENÇA FEMININA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS E DE PODER



### ELEONORA MENICUCCI

A NOVA MINISTRA DA SPM FALA COM EXCLUSIVIDADE SOBRE OS DESAFIOS DA GESTÃO E A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

EM ARTIGO, NARA TEIXEIRA, SECRETÁRIA DE GÊNERO E ETNIA DA CONTEE, ABORDA OS DESAFIOS E CONQUISTAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

### PRESERVAR A SAÚDE VOCAL

A FONOAUDIÓLOGA, FABIANA ZAMBON, EXPLICA AS PARTICULARIDADES DA VOZ FEMININA E SEU USO ENTRE EDUCADORAS





**3 EDITORIAL**  
Ampliar a participação política das mulheres

**4 EDUCACIONAL**  
Trabalhadoras na educação são a maioria

**10 NACIONAL**  
3ª Conferência Nacional da Mulher termina com balanço positivo



**12 INTERNACIONAL/ARTIGO**  
Ações da rede de mulheres IEAL

**16 ENTREVISTA**  
Eleonora Menicucci - Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres

**22 NACIONAL**  
Pesquisa avalia a responsabilidade do cuidado infantil



**24 CURTAS DAS FILIADAS**

**28 CAPA**  
Mulheres em busca do poder

**34 PERFIL**  
Mary Del Priori

**38 CURTAS DA CONTEE**



**40 SINDICAL/ARTIGO**  
Violência contra a mulher: um mal a ser combatido

**44 SINDICAL**  
Desigualdade no mercado de trabalho

**46 EM ALTA, EM BAIXA**

**48 SAÚDE/ARTIGO**  
A voz e comunicação de professoras

## Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

[conteudo@contee.org.br](mailto:conteudo@contee.org.br)

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTB 50607/SP

Colaboração: **Sandra Cruz** e **Renata Mielli**

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: [contee@contee.org.br](mailto:contee@contee.org.br) - [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

## Diretoria Executiva

Coordenação Geral  
**Madalena Guasco Peixoto**

Secretaria Geral  
**Cristina de Castro**

Secretaria de Assuntos Educacionais  
**Adércia Bezerra Hostin**

Secretaria de Assuntos Jurídicos  
**João Batista da Silveira**

Secretaria de Comunicação Social  
**Maria Clotilde Lemos Petta**

Secretaria de Finanças  
**José Roberto Torres Machado**

Secretaria de Formação e Políticas Sociais  
**Rita Fraga de Almeida Zambon**

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais  
**Fábio Eduardo Zambon**

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia  
**Nara Teixeira de Souza**

Regional Sul  
**Cássio Filipe Galvão Bessa**

Regional Sudeste  
**Francílio Pinto Paes Leme**

Regional Centro-Oeste  
**Edson de Paula Lima**

Regional Norte  
**José Carlos Padilha Áreas**

Regional Nordeste  
**Manoel Henrique Filho**

## DIRETORIA PLENA

**Abigail Carvalho**  
**Amarildo Pedro Cenci**

**Ailton Fernandes**  
**Airton Duarte Cunha**

**André Luiz Giudicissi Cunha**  
**Ângelo Lacerda Rocha**

**Cristina Kavalkiesvicz**  
**Eduardo Assis Fonseca Botelho**

**Erivelton José Konfideira**  
**Franciso Perez Levy**

**Gilson Reis**  
**João Jorge de Araújo Armênio**

**João Marques da Fonseca Filho**  
**José Jackson Bezerra**

**Lavinia Rosa Rodrigues**  
**Luiz Alberto W. Grossi**

**Márcia Almeida Machado**  
**Márcia de Alencar Santana**

**Nivaldo Pinto Ferreira**  
**Olmir Luiz Paludo**

**Oswaldo Souza Santos**  
**Rodrigo Pereira de Paula**

**Valdir Graniel Kinn**  
**Walteir Luiz Betoni**

**Wanderley J. Quêdo**  
**Wellington Teixeira Gomes**

**Wilson Melo Sodré**

## CONSELHO FISCAL

**Helder Abud Paranhos**

**Gisele Vargas**

**Robson Terra Silva**

# Ampliar a participação *política das mulheres*

As comemorações do Dia Internacional da Mulher reafirmam a necessidade de ampliarmos a luta pela maior participação política das mulheres – tanto nas entidades sindicais e movimentos sociais, como no mundo corporativo, nos partidos políticos, organizações não governamentais e também na disputa por cargos eletivos do poder público.

A sub-representação feminina nas mais diversas instâncias de poder não condiz com a majoritária presença da mulher em nossas categorias de base, na chefia das famílias e até mesmo na análise demográfica do País. Isso se deve, especialmente, à presença ainda marcante do preconceito de gênero que persiste em nossa sociedade.

Os avanços alcançados até aqui devem, entretanto, ser destacados e aqui ressaltamos a fundamental conquista advinda da aplicação da Lei Maria da Penha, que acaba de completar cinco anos, no que se refere ao combate à violência doméstica. É preciso também citar a marca dos 80 anos do voto feminino no Brasil – completados no último dia 24 de fevereiro.

A CONTEE atua na luta pela emancipação da mulher desde a sua fundação, tendo participado de inúmeras campanhas e ações nesse sentido. Esta edição especial de nossa Revista Conteúdo é mais uma contribuição da Confederação no combate à discriminação da mulher, abordando alguns dos temas mais sensíveis da luta feminista.

Nas páginas a seguir, leia uma entrevista exclusiva com a nova Ministra da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, bem como matérias especiais sobre a participação da mulher na política e sua presença da educação.

Confira ainda as principais ações de nossas entidades filiadas relacionadas à questão de gênero, artigos sobre atuação internacional da mulher, violência, saúde e informações sobre as condições de trabalho no Brasil.

Boa leitura!

*Madalena Guasco Peixoto*  
Coordenadora geral da CONTEE



# Trabalhadoras na Educação *são a maioria*

Tainá Del Negri

Comprovadamente, as mulheres são maioria entre os trabalhadores em educação e investem mais em sua própria escolarização.



“A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, pra dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas no século XIX, depois para uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior”. Quem afirmou isso, com bastante propriedade, foi o diretor de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, o professor e doutor Dilvo Ilvo Ristoff.

E não é para menos. Diversas pesquisas nas escolas – públicas e privadas – mostram a predominância das mulheres em todos os cargos. O último “Retrato da Escola (3) – a Realidade sem retoques da educação no Brasil”, estudo encomendado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos), que avalia a situação dos trabalhadores da educação básica, revelou que a maioria dos trabalhadores é mulher; está na faixa entre 25 e 59 anos; é casada ou tem companheiro; vive em casa própria perto do centro da cidade; e é sindicalizada.

Como a técnica administrativa goiana Wania Aparecida Silva Lopes, 49 anos, casada, mãe de cinco filhos, que reside na capital de Goiás e trabalha em um colégio da rede privada, que é também um centro universitário. Filiada ao Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás (Sinaee-GO), Wania atua na escola como Chefe de Pessoal e percebe bem onde o gênero feminino predomina: especialmente nas áreas de ensino fundamental, até a quarta série.

“Penso que as mulheres têm mais prática de lidar com crianças pequenas – felizmente ou infelizmente”, reflete. “É uma fase que requer um cuidado que a mulher tem de maneira mais especial”, arrisca ela, afirmando que se trata de um período da infância que a criança entende a escola quase como uma “extensão do lar”. Ela aponta que no quadro de funcionários existem sim professores homens no ensino fundamental, mas poucos têm o ‘carisma’ feminino. Por outro lado, observa que, no mesmo estabelecimento, essa diferença entre os gêneros



As mulheres representam cerca de 55% da população com nível superior completo (graduação) e superaram os homens em obtenção de títulos de doutorado a partir de 2004.



quase desaparece quando comparamos os trabalhadores administrativos – técnicos de secretaria, auxiliares de corretores, e principalmente educadores no ensino médio. “Ai são bem mistos”, diz.

Sim. A presidenta da Associação de Professores da PUC-GO, Lucia Rincon, concorda que o “educar” está ligado a verbos que implicam papéis atribuídos à mulher, como cuidar, tratar, acolher as crianças.

Mas, e o lado da produção do conhecimento, da ciência? Ela retruca. “A profissão de professor é historicamente badalada social e politicamente, mas pouco valorizada. É como se a gente não fosse fundamental à sociedade”.

## Dados

Indo além da Educação Básica, e abrangendo os ensinos Médio, Profissional, de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Sinopse do Censo Escolar de 2010, dados de todo Brasil comprovam que as mulheres realmente dominam o cenário profissional na educação. Para se ter uma ideia, no Ensino Médio, as educadoras representam 63% da força de trabalho, enquanto os homens são maioria na educação profissional, totalizando 54%. Veja na tabela:

%	Educ Basica	Infantil	Fundamental	E. Médio	E. Profissional
<b>Fem</b>	81	97	82	63	46
<b>Masc</b>	19	3	18	37	54

Fonte Dieese \* dados de 2010 - Brasil

“A valorização dos profissionais da educação é sim uma questão de gênero”, afirma a Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação e coordenadora de Educação da Ação Educativa, Denise Carreira. Segundo ela, uma área com o predomínio de mulheres sofre com a precarização salarial e das condições de trabalho. “E as mulheres são maioria nas áreas que tratam do cuidado da vida humana”, por isso deveriam estar no centro de um referencial de desenvolvimento do País.

Denise Carreira coordenou a publicação do “Informe Brasil – Gênero e Educação”, um estudo que traça um panorama das questões de gênero e educação no Brasil. Apresentado em novembro de 2011 à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), o documento questiona o entendimento de que os desafios da garantia dos direitos das mulheres e da equidade de gênero na educação já teriam sido “solucionados”. Vale a pena conhecer seu con-

## O Informe Brasil – Gênero e Educação recomenda:

“É necessário acelerar o ritmo de superação da concentração de homens e mulheres em determinadas profissões consideradas femininas e masculinas. Esta transformação exige ações que vão da educação infantil ao ensino superior, ampliando e diversificando as possibilidades de futuro para meninos e meninas e os projetos profissionais para além dos previstos nos papéis de gênero tradicionais. É fundamental também colocar em cheque a menor valorização social das profissões comprometidas com o cuidado, tradicionalmente exercidas por mulheres, vinculadas às áreas de educação, saúde, assistência social etc.”

*Fonte: Ação Educativa*

teúdo que está disponível no portal da CONTEE ([www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)).

## Desafios

Entre os desafios apontados pelo Informe Brasil, está a concentração das mulheres em cursos e carreiras “ditas femininas”, com menor valorização profissional e pouco reconhecimento social. O paradoxo também apresentado no relatório é que essas mesmas mulheres estão investindo mais na própria escolarização, superam os homens nos mais altos níveis de graduação (doutorados) e buscam reverter seu lugar de poder na sociedade. As mulheres representam cerca de 55% da



*“É fundamental que o governo proponha ações concretas que melhorem efetivamente as difíceis condições do professorado”*  
 – Denise Carreira

população com nível superior completo (graduação) e superaram os homens em obtenção de títulos de doutorado a partir de 2004. “Infelizmente esse caminho não mudou de forma significativa a desigualdade salarial”, lamenta Denise. Sem contar que quando entra na balança a questão racial, a disparidade é ainda mais acentuada.

A trabalhadora goiana, Wania, novamente faz parte das estatísticas. Com muita luta, além de criar e formar os filhos, graduou-se em Direito. Ela pretende, quando se aposentar, daqui a pouco anos, dedi-

car-se, porque não, à advocacia. Por enquanto, precisa continuar no batente, pois é uma das vítimas do fator previdenciário.

## Na pauta

As mulheres investiram e avançaram muito na educação. Mas ainda “é necessário que o país, que o governo, assuma que a educação é fundamental no enfrentamento das desigualdades”, alerta Denise. Para a coordenadora, é fundamental que o governo, para além do discurso da importância da Educação, proponha ações concretas que melhorem efetivamente as difíceis condições do professorado. “Precisamos disso. A concretização do piso salarial do professor é apenas o primeiro passo. É necessário também valorizar a carreira docente, que enfrenta dificuldades”, declara. “E esta deve ser uma agenda que toda a sociedade deve assumir!”<sup>c</sup>



## Educadoras brasileiras



### Marilena de Souza Chauí

Uma das grandes pensadoras e educadoras brasileiras cursou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), onde também fez pós-graduação e defendeu seu mestrado. Concluiu o doutorado na França (1971). Marilena Chauí ministra aulas de Filosofia Política e História da Filosofia Moderna da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É uma intelectual reconhecida, militante das causas progressistas, que já foi secretária Municipal de Cultura de São Paulo (1989 a 1992).



### Cecília Meirelles

Antes de sua estréia como literária, tornou-se professora primária em 1917, formada pela Escola Normal do Rio de Janeiro. Cecília Benevides de Carvalho inicia a carreira de escritora em 1922, mesmo ano em que se casa com um pintor português, com quem tem três filhas. Em 1930 a professora-poetisa passa a lecionar literatura luso-brasileira na Universidade do Distrito Federal (atual UFRJ). De 1930 a 1931, mantém no Diário de Notícias uma página diária sobre problemas de educação.



### Nísia Floresta

Nascida na pequena localidade de Papari, no Rio Grande do Norte, casada contra a vontade aos 13 anos, logo abandonou o marido e, em 1832, já sustentava mãe e filhos com o salário de professora. Em 1832, publicou “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, artigo em que enfrentava os preconceitos da sociedade patriarcal, exigindo igualdade e educação para todas. Segundo Nísia, a situação de ignorância em que as mulheres eram mantidas era responsável pelas dificuldades que enfrentavam. Submetidas a um círculo vicioso, não tinham instrução e não podiam participar da vida pública. Não participando da vida pública, continuavam sem instrução.

3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

# 3ª Conferência termina *com balanço positivo*

Arquivo Conferência



A atividade reuniu 2500 delegadas de todo o Brasil e contou ainda com a presença da ex-presidente do Chile e atual diretora executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet.

A exemplo do ex-presidente Lula, o governo Dilma tem incentivado a realização de conferências nacionais como espaços privilegiados de diálogo com a sociedade na construção de políticas públicas. Em 2011, foram oito (saúde, gays, juventude, mulheres, assistência social, idosos, segurança alimentar e arranjos produtivos), com uma participação estimada de dois milhões de pessoas. Para 2012, já estão convocadas outras seis (veja box).

Dois terços de todas as conferências já ocorridas no país desde a primeira delas, sobre saúde, em 1941, ocorreram de 2003 em diante. “Mais do que uma marca dos governos Lula e Dilma, nós queremos que as conferências se tornem políticas de Estado”, afirma o diretor de Participação Popular da Secretaria-Geral da Presidência da República, Pedro Pontual.

Se os números mostram que, ao menos em termos quantitativos, não falta debate, as opiniões dividem-se sobre a influência efetiva das conferências nas decisões de governo e nas políticas públicas. Apesar de defenderem-nas como forma de ação popular, militantes reclamam do que seria interferência dos governos nas discussões e da falta de compromisso deles em viabilizar as

propostas aprovadas.

Membro do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Maurílio Castro de Matos, professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), participou dos encontros de saúde, assistência social e LGBT. Para ele, as conferências são o melhor espaço de debates sobre política social “num país onde o conhecimento sempre foi das elites”. Defende, porém, que os governos respeitem as suas deliberações. “Democracia é uma construção coletiva”, diz.

A primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), promovida em dezembro de 2009, ilustra a falta de efetividade. O encontro aprovou, entre outras coisas, que deveria haver um novo marco regulatório das comunicações, mas dois anos depois, o assunto continua sendo discutido internamente no governo.

Mais recentemente, entre novembro e dezembro, a XIV Conferência Nacional de Saúde deu outro bom exemplo de impossibilidade de interferir na realidade — ainda mais contra uma posição do governo. O encontro defendeu que o governo federal fosse obrigado a investir em saúde 10% do que arrecada. O Senado estava votando um projeto sobre isso, e não aprovou a vinculação, por resistência do governo.

Autora de vasta obra sobre controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), a professora Maria Valéria Correia, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) avalia que as conferências, assim como os conselhos, são espaços importantes, mas insuficientes, para a garantia da participação popular.

“São contraditórios, podem apenas legitimar gestões e serem espaços de cooptação dos movimentos sociais”, diz Maria Valéria. “Mas, a depender da correlação de forças, podem reverter o que está posto.”

Duas vezes presidente do Conselho Nacional de Saúde e atual representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no órgão, Francisco Júnior acredita que a sociedade ainda enfrenta limites de participação e legitimação dos debates, sobretudo nos pequenos municípios, “produto de toda uma cultura autoritária, centralizada e que tem na impunidade seu grande instrumento de sustentação política e jurídica”.

Defensor entusiástico das conferências, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, que participou da Conferência Nacional da Juventude em 2011, acredita que o descontentamento de parte da militância mostra uma certa incompreensão sobre o papel delas.

“Elas acumulam opiniões, aproximam os atores, mas depois é preciso pressionar o governo para que as políticas sejam efetivadas. E, para isso, o maior instrumento ainda é a pressão das ruas”, diz.

Pedro Pontual, da Secretaria Geral da Presidência, reconhece

que o modelo das conferências precisa ser aprimorado, principalmente nas formas de comunicação dos seus resultados com a sociedade que, muitas vezes, não entende sua importância.

Segundo ele, o governo não se intimida com as críticas, porque este é também o papel dos espaços democráticos: permitir que a população acompanhe e avalie as políticas públicas. Mas insiste que as conferências significam uma forma de diálogo planejado e sistemático com a sociedade. E que elas produzam, sim, resultados.

“Historicamente, foram nas conferências e nos conselhos que se gestaram as principais políticas públicas brasileiras, como o Sistema Único de Saúde [SUS], o Sistema Único de Assistência Social [SUAS] e a Lei Orgânica de Assistência Social [LOAS]”, diz. **c**

## Creche da Conferência cuidou dos pequenos participantes

As mães que trouxeram os filhos para participar da 3ª Conferência tiveram um espaço próprio para dividir o cuidado com os pequenos. A creche montada no Centro de Convenções tem sala de leitura, refeitório, berçário, cinemateca e brinquedoteca. Vinte monitoras se revezam nos dois turnos para dar toda atenção necessária aos pequenos. Diariamente mais de dez crianças desfrutam dos serviços da creche.

Fonte: Blog da 3ª Conferência



# Ações da Rede de *Mulheres da IEAL*

Por Fátima Silva\*

Rosana Vilas/Arquivo CONTEE

A luta mundial pela igualdade de gênero e as ações da Internacional da Educação para a América Latina na área são temas discutidos, a seguir, pela vice-presidenta da entidade, Fátima Silva.



A igualdade de gênero é uma bandeira universal, de componentes heterogêneos, conforme os continentes, e agrega as concepções de solidariedade e paz com as quais a educação possui intrínseca relação para a mudança das relações preponderantemente de dominação, empregadas não só pelo sistema capitalista, mas também pelas culturas sexistas que impõem a dominação do homem sobre a mulher em diversos aspectos.

Diante desta situação mundial, em 1995, no primeiro Congresso da Internacional da Educação (IE), realizado em Harare, no Zimbábue, a então recém-criada entidade representativa dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, em nível global, assumiu o compromisso de combater a perpetuação de estereótipos culturais e comportamentos sexistas que agravam a desigualdade entre homens e mulheres.

Neste sentido, três eixos foram delineados para as

ações de gênero propostas pela IE:

i) no sistema educativo, as entidades filiadas passariam a disputar os conteúdos curriculares com ênfase na igualdade de gênero, tanto nos sistemas públicos quanto privados;

ii) nas organizações de trabalhadores em educação, os compromissos eram e continuam sendo por melhores condições de trabalho, jornada compatível com o universo da mulher, equiparação salarial e maior representatividade feminina nas direções sindicais; e

iii) na sociedade em geral, os sindicatos da educação passariam a enfatizar ações de combate à discriminação de gênero por meio de mobilizações próprias e em conjunto com os movimentos sociais, visando a transformar os espaços e as políticas públicas.

Não obstante os últimos anos terem marcado uma evolução sociopolítica da mulher, decorrente, em grande parte, das lutas sociais (também embasadas em estudos acadêmicos, que tratam cientificamente as problemáticas entre gêneros), fato é que a situação das mulheres frente aos homens, no mundo, ainda é marcada por intensas desigualdades.

Recentes análises da IE mostram que, na América do Norte e Caribe, a questão salarial, a participação na política, a ocupação de cargos de chefia e o tráfico de mulheres são temas bastante sensíveis e próximos da realidade latino-americana, que convive também com altos índices de violência doméstica, de gravidez na adolescência e de limitação do acesso à assistência especializada à saúde das mulheres – em grande parte dos países. Na Europa, a discriminação de gênero confunde-se com a intolerância étnica, religiosa e de orientação sexual. Na África, o contágio pelo HIV/Aids, a exposição aos horrores das guerras, os abusos sexuais e as mutilações genitais sacrificam vidas e sonhos femininos. No Oriente Médio, a submissão familiar

O objetivo central da Rede consiste em organizar as/os trabalhadoras/es da educação para atuarem em defesa dos direitos da mulher e, conseqüentemente, da igualdade de gênero.

e social expõe o desvirtuamento de textos sagrados com o objetivo de manter tradições machistas e prejudiciais às mulheres.

À luz desses e de outros desafios, a Rede de Mulheres da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) – braço de muitas redes formadas em âmbito da IE, que congrega mais de 30 milhões de trabalhadoras/es da educação em cerca de 400 sindicatos de 170 países, sendo que no Brasil fazem parte a CONTEE, o Proifes e a CNTE – foi criada, em 2004, após a realização da Mesa Redonda de Mulheres da Região, em Buenos Aires. O objetivo central da Rede consiste em organizar as/os trabalhadoras/es da educação para atuarem em defesa dos direitos da mulher e, conseqüentemente, da igualdade de gênero.

Quanto à organização, a Rede divide-se em três sub-regiões: América Central, Zona Andina e Mercosul. A estrutura foi pensada para permitir maior intercâmbio e coordenação das atividades exercidas pelos diversos atores que, em geral, mantém vínculos culturais e proximidade geográfica.

Sob o enfoque sindical, a rede latino-americana de mulheres pauta-se pelas seguintes “Recomendações de Prioridades Temáticas”:

(1) realização de campanha e divulgação dos quatro principais Convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT): nº 100, nº 111, nº 156 e nº 183;

(2) promoção de estudos sobre doenças laborais vi-

sando divulgá-los com o objetivo de convertê-los em dispositivos legais nacionais e/ou internacionais;

(3) comprometimento, como organização, a cumprir as resoluções e recomendações do Congresso da IE. Nesse sentido, deve-se buscar as formas de incorporar a política de gênero na estratégia geral das organizações e dar-lhes seguimento;

(4) inclusão do enfoque de gênero na formação inicial e continuada das/os educadoras/es;

(5) articulação de ações estratégicas em nível nacional e internacional com diversas organizações que compartilhem os objetivos de defesa dos direitos das mulheres, o enfoque de gênero e igualdade de oportunidades;

(6) produção de capacitação sobre HIV/Aids com perspectiva de gênero, que permita a apropriação da temática e sua adequação ao conhecimento dos alunos e alunas;

(7) cooperação, através da IE, que permita formar mulheres com liderança dentro das organizações filiadas para promover campanhas que promovam os direitos das mulheres; além

(8) do empoderamento sociopolítico das mulheres; e

(9) do combate a todas

Analine Specht





as formas de violência e discriminação.

Importante vitória do movimento social, ao qual se integram as redes de mulheres da IE, diz respeito à criação da ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, que é resultado de anos de negociações entre os Estados-membros da ONU e o movimento de defesa das mulheres no mundo.

No Brasil, especificamente, a agenda da rede de mulheres da IE tem encontrado ressonância nas políticas de proteção à saúde, de combate à violência – com a Lei Maria da Penha – e de ampliação, embora moderada, da participação das mulheres nos centros políticos de decisões. Porém, merece destaque a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, por ocasião do governo Lula – órgão responsável em organizar e mediar as reivindicações das mulheres com as instituições de Poder –, e o fato de o país ter elegido sua primeira presidenta da República, a qual tem indicado várias mulheres para postos-chaves na administração pública e nas empresas estatais, como a Petrobrás – segunda maior petrolífera do mundo.

Entendemos, ainda, que a Rede de Mulheres da IEAL,



dentro do contexto das lutas democráticas, que envolvem a própria organização das/os trabalhadoras/es em educação, tende a avançar sua contribuição sobre as ações escolares, no sentido destas incorporarem, cada vez mais, os compromissos de rompimento com os padrões de dominação, sejam eles quais forem.

A qualidade social da educação, nessa dimensão de luta social, deverá ser perseguida por meio de políticas pedagógicas, curriculares, de gestão e de avaliação que contemplem as dimensões étnicas, raciais, religiosas, ambientais, além das de gênero. E, no Brasil, esse processo encontra-se em pleno desenvolvimento com a disputa do projeto de qualidade educacional em âmbito do Plano Nacional de Educação, que se ampara nas deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), e das diversas políticas públicas desenvolvidas pelas esferas de governo (federal, estaduais, distrital e municipais), além da regulamentação do sistema privado de ensino. **c**



*\*Secretária de Relações Internacionais da CNTE e Vice-Presidenta Regional da Internacional da Educação para a América Latina*

# Responderei com toda a minha *lealdade e compromisso*

Em entrevista exclusiva à CONTEÚDO, a nova Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, fala sobre a responsabilidade assumida, após o convite de Presidenta Dilma Rousseff, e os principais avanços a serem conquistados nas políticas públicas de gênero.



*Qual a sua expectativa ao assumir a Secretaria de Políticas para as Mulheres? Poderia apontar os principais desafios da pasta para o próximo período?*

**Eleonora Menicucci** – Eu me senti muito honrada com o convite da presidenta Dilma Rousseff, que me estimula a enfrentar, nesta etapa da minha vida, um dos maiores desafios pessoais e profissionais com os quais me deparei. Este convite traz uma imensa responsabilidade, e responderei com toda a minha lealdade e

*“Para atuar na prevenção e coibição da violência é preciso chamar à parceria não só a área de Educação, como também Assistência Social, Cultura, Saúde e Comunicação.”*



Fotos: Elza Fiúza e Fabio Rodrigues Pozzebom - ABr

compromisso, em consonância com a consolidação das metas de seu Governo assumidas perante a nação. Na condição de ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, investirei na força empreendedora das mulheres brasileiras para avançar, somando às conquistas já alcançadas, na direção de novos caminhos e novas soluções na esfera do trabalho, com atenção especial voltada às trabalhadoras domésticas, desprotegidas pela legislação trabalhista vigente.

### ***Qual o papel da educação no enfrentamento das questões de gênero no Brasil?***

***Eleonora Menicucci*** – Estávamos falando em desafios e um deles é deixar de tratar apenas dos danos finais e também assumindo um caráter preventivo em relação a questões de gênero no Brasil. E, para atuar na prevenção e coibição da violência, por exemplo, é preciso chamar à parceria não só a área de Educação, como também Assistência Social, Cultura, Saúde e Comunicação, contemplando de forma mais ampla as redes de atendimento à mulher. Afinal, a disseminação sorrateira de padrões sexistas entre nós tem sido feita nas salas de aula, nos programas de entretenimento,

nos serviços básicos de saúde, enfim, nos vínculos sociais corriqueiros. Isso nos leva a incorporar tais padrões sexistas como formas habituais de sermos mulheres e homens, bem como de nos assim relacionarmos desde a mais tenra idade.

***As mulheres ainda enfrentam muitos desafios no mundo do trabalho, em relação à carreira, salários e condições de trabalho. Quais ações efetivas, especialmente em políticas***



# “Eu me senti muito honrada com

*públicas, podem contribuir para a transformação dessa realidade?*

**Eleonora Menicucci** – A análise das condições das trabalhadoras tem sido reveladora das formas desiguais que as caracterizam – seja no mundo rural, no urbano ou na floresta. Ainda persistem a invisibilidade e o desprezo na formulação de políticas públicas em relação ao trabalho necessário, mas invisível, de segmentos expressivos de mulheres: as trabalhadoras domésticas, as garis, as ribeirinhas, as pescadoras, as mulheres indígenas, as mulheres ciganas e as mulheres negras, entre outras tantas categorias. O desafio, agora, é tornar realidade o que foi proposto no Plano Nacional de Políticas para as mulheres, com as atualizações discutidas na 3ª Conferência de Políticas para Mulheres, realizada em dezembro passado. Na ocasião, a presidenta Dilma citou alguns programas do Governo, como o Bolsa Família (recebido pelas mulheres), e o Minha Casa, Minha Vida – cuja compra pode ser assinada apenas pela mulher – como questões essenciais nesse processo de autonomia feminina. E garantir condições para a autonomia passa, entre outras coisas, pela oferta de creches de qualidade, por políticas públicas que garantam para as mulheres melhores condições de participação no mun-

do público, e também pela reafirmação de políticas públicas que garantam o compromisso da sociedade com o cuidado infantil e a responsabilidade sobre tarefas domésticas. Reconhecer e alterar essa realidade atual significa também valorizar a sua contribuição no processo do desenvolvimento nacional, e registrá-la na economia e nas contas nacionais.

*Quais são, em sua opinião, as melhores estratégias de atração e estímulo à participação política das mulheres? Por que é importante a*

*“A disseminação sorrateira de padrões sexistas tem sido feita nas salas de aula, nos programas de entretenimento, nos serviços básicos de saúde, nos vínculos sociais corriqueiros.”*



# o convite da presidenta Dilma Rousseff.”

*atuação feminina em sindicatos, partidos políticos e demais organizações?*

*Eleonora Menicucci*

– Porque, como bem disse a diretora executiva da ONU Mulheres e ex-presidenta do Chile Michelle Bachelet, não há democracia sem as mulheres e não há desenvolvimento sem as mulheres. Um dos maiores estímulos, no sentido de ampliar a participação dos espaços de poder e de decisão, na minha opinião, foi com a eleição da presidenta Dilma, que significou um marco na história das conquistas das mulheres no País. Significa que podemos ir mais longe. Mas, falando em termos de estratégias, é fundamental oferecer condições, como os programas de Governo que citei anteriormente, que possibilitem as mulheres tomar as rédeas de suas vidas, como cidadãs de fato e de direito.



*“É fundamental oferecer condições que possibilitem as mulheres tomar as rédeas de suas vidas, como cidadãs de fato e de direito.”*

# “A noção de que é crime” bater em

*Em seu discurso de posse, a Senhora ressaltou a importância da proximidade da Secretaria de Políticas para Mulheres com a sociedade civil para fortalecer e avançar nas políticas públicas de gênero. Como as entidades e organizações do movimento social e sindical podem contribuir?*

*Eleonora Menicucci* – Para que as políticas públicas para as

mulheres sejam implantadas e implementadas em todos os níveis, com a mais alta qualidade e ética, precisamos contar com o poder de controle social e de monitoramento e com a ação das organizações do movimento social e sindical. A 3ª Conferência de Políticas para Mulheres tratou do fortalecimento da participação social das mulheres para a formulação e avaliação de políticas públicas específicas, com incentivo à criação de conselhos nos municípios e estados, e o apoio à capacitação para formação de lideranças no movimento de mulheres e feministas. O fato é que, como disse no meu discurso de posse, não se pode mais prescindir da incorporação da dimensão do social e da presença das mulheres como beneficiárias e protagonistas do processo de desenvolvimento sustentável e igualitário que estamos construindo em nosso País.

*Qual o impacto da recente decisão do Superior Tribunal Federal em relação à Lei Maria da Penha (que*

*“É inegável a mudança provocada pela Lei Maria da Penha no imaginário e na vida cotidiana das mulheres.”*





# mulher” está amplamente assimilada”

*considerou que o suspeito de violência pode ser processado mesmo contra a vontade da vítima) para o combate à violência contra a mulher?*

**Eleonora Menicucci** - A vitória no Supremo Tribunal Federal em relação à Lei Maria da Penha representa uma enorme conquista das mulheres em seus direitos. Mas para que a prática da Lei seja efetivada em sua plenitude, é preciso mais, tornar o atendimento e os serviços mais acessíveis, atuantes, céleres e respeitosos com as mulheres. Em resumo, ainda há muito a fazer, sobretudo em relação à ampliação das políticas relativas aos serviços públicos nas áreas de segurança, saúde e justiça. Temos que estimular a criação de mais juizados especializados de violência doméstica e familiar que, conforme



prevê a Lei, contemplem equipes multidisciplinares, imprescindíveis à organização e orientação dos serviços da rede de atendimento à mulher.

*Após mais de cinco anos de existência da Lei Maria da Penha, qual o balanço que a Senhora faz de seu impacto na luta contra a violência doméstica contra a mulher? O que precisa avançar?*

**Eleonora Menicucci** - A implantação da lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, no Brasil, representa um avanço significativo em relação aos direitos das mulheres no mundo, por tornar crime todo ato de violência física, moral, patrimonial, psicológica e sexual contra as mulheres na esfera das relações domésticas e familiares. É inegável a mudança provocada pela Lei Maria da Penha no imaginário e na vida cotidiana das mulheres. Hoje, a noção de que é crime “bater em mulher” está amplamente assimilada pela sociedade. Não se pode aceitar que, ainda hoje, as mulheres sejam objeto de qualquer forma ou expressão de violência; que continuem sendo estupradas ou que sejam assassinadas por seus companheiros, namorados ou maridos. c

*“Necessitamos contar com o poder de controle social e de monitoramento e com a ação das organizações do movimento social e sindical”.*

Percepção da população:

# Pesquisa avalia a responsabilidade *do cuidado infantil*

Arquivo Creche Aconchego



Pesquisa do Instituto Patrícia Galvão e da Ipsos revela que como a população brasileira percebe a importância das creches e a importância destes serviços.

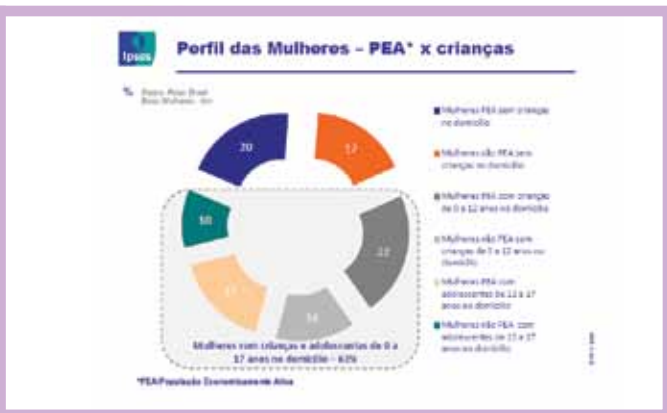
Uma pesquisa realizada em parceria pelo Instituto Patrícia Galvão e a Ipsos, referência mundial em pesquisa e interpretação de dados, entre janeiro e fevereiro de 2012, avaliou como a população brasileira percebe a importância das creches e a qualidade destes serviços. A pesquisa realizou mil entrevistas pessoais domiciliares com homens e mulheres, de 16 anos ou mais, de 70 municípios de todas as regiões do país.

De acordo com a pesquisa, 63% das mulheres que estão entre a PEA (População Economicamente Ativa) têm crianças e adolescentes (entre 0 e 17 anos) no domicílio. Dessas, 36% têm entre 0 e 12 anos. Portanto, aquelas que potencialmente podem necessitar das creches. Das 531 mulheres entrevistadas, 58% são economicamente ativas e 24% delas são chefes de família.

## Responsabilidade

A maioria dos entrevistados acha que essa responsabilidade pelos cuidados com as crianças cabe à Prefeitura (entre os três níveis de Governo), conforme dispõe a Lei (Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996). Não há diferença significativa na percepção de homens e mulheres.

O destaque é para a região Sudeste, onde a respon-



sabilização dos órgãos públicos pelo cuidado das crianças enquanto os pais estão no trabalho chega a 57%. A classe média ascendente - a chamada classe C - responsabiliza mais o Estado do que a família pelo cuidado da criança, sobretudo a Prefeitura. Trata-se da principal classe usuária dos serviços das creches e, portanto, a que mais depende do serviço. Nas classes A/B, 52% acham que o principal responsável pelo cuidado das crianças enquanto os pais estão no trabalho é da mãe/ família.

## Importância das creches

A pesquisa revela também uma visão equilibrada da sociedade sobre a importância das creches para a criança e para a mulher. Ao responder que “a creche é mais importante para a mãe, pois é o lugar em que ela deixa as crianças para poder trabalhar”, 48% dos entrevistados estão valorizando o trabalho da mulher, hoje fundamental considerando-se um cenário em que as mulheres representam, segundo a PNAD/IBGE, 52,7% da PEA (População Economicamente Ativa). Ao mesmo tempo, os 49% que afirmam que a creche é mais importante para a criança, pois é “sua primeira escola e tem influência na sua educação futura”, estão atribuindo um papel fundamental para esse serviço, não como assistência, mas como primeira etapa de educação e primeiro espaço de socialização da criança, depois da família.

Sobre os fatores mais importantes em relação às creches, 32% das mulheres com crianças no domicílio, independentemente da classe social, apontam o número de vagas como o fator mais importante, seguido de horário de funcionamento (25%) e localização (21%).

Sobre a idade ideal para a criança começar a frequentar uma instituição de ensino, 26% acham que a criança

deve frequentar uma instituição de ensino antes dos 4 anos. Há um baixo nível de conhecimento sobre a idade para a qual o ensino é obrigatório no Brasil, visto que apenas 18% responderam corretamente. Segundo a Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009, a educação básica é obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos. Esse dado pode estar apontando uma percepção de que a criança tem o direito e/ou se beneficia de uma educação precoce.

Quanto à avaliação dos serviços das creches, há uma mudança significativa de percepção: embora a maioria das mulheres que trabalham tenha uma avaliação positiva, entre as sem filhos a tendência de avaliar positivamente o serviço é maior (57%) do que para as que têm filhos (47%) e trabalham.

A avaliação das creches é mais positiva nos municípios do interior, onde 57% consideram o desempenho das creches como ótimo ou bom. Nas regiões metropolitanas, este número cai para 44%, e nas capitais, para 39%. Tanto nas capitais quanto nas regiões metropolitanas, 30% dos entrevistados consideram as creches regulares e 17% e 19%, respectivamente, as consideram ruins ou péssimas.

A região Norte/Centro-Oeste é a que teve a avaliação mais negativa em relação às creches: 33% as consideram ruins ou péssimas. Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste, são as que melhor avaliaram as creches: 56% e 58% como ótimas ou boas, respectivamente. c

## Responsabilidade pelo cuidado das crianças

- 42% consideram que o cuidado das crianças deve ser uma responsabilidade do Estado;
- 47% acham que se trata de responsabilidade da mãe/família;
- 26% entendem que a criança deve frequentar obrigatoriamente uma instituição de ensino antes dos 4 anos;
- 31% apontam o número de vagas como o fator mais importante em relação às creches.

Fonte: Pesquisa Creches - Ipsos / Instituto Patrícia Galvão, 2012.



## Reportagem da Revista do Sinpro Minas foi finalista de prêmio nacional

Com a reportagem sobre os desafios da profissão e da organização das empregadas domésticas, a jornalista e editora da Revista *Elas por Elas* do Sinpro Minas, Débora Junqueira, foi uma das três finalistas do 1º Prêmio Jornalista Abdias Nascimento, nas categorias mídia alternativa e gênero. A matéria faz parte de um catálogo publicado sobre o Prêmio promovido em 2011 pela Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, vinculada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Foram inscritos mais 150 trabalhos de diversos veículos como Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal Extra, Diário do Nordeste,



Mark Florest

*Equipe da Comunicação do Sinpro e Conselho Editorial da Revista*

Jornal da Tarde, Canal Futura, TV Câmara, Portal IG, Revista Época, Carta Capital, Brasil de Fato entre outros. “A reportagem não foi vencedora, mas só o fato de o trabalho ter sido selecionado entre tantos outros de todo o Brasil foi de grande impor-

tância profissional e de reconhecimento nacional do trabalho desenvolvido pelo Sinpro Minas”, afirmou Débora. A reportagem e as edições da *Elas por Elas* estão disponíveis no portal do sindicato: [www.sinprominas.org.br](http://www.sinprominas.org.br).

O próximo número da Revista *Elas por Elas* será lançado no dia 23 de março, em Belo Horizonte, como parte das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, será entregue a medalha Clara Zetkin, criada pelo sindicato para homenagear mulheres que se destacam nas lutas femininas.

## Sinpro Rio: um novo olhar sobre a mulher no século XXI

O Sinpro-Rio realizou dia 19 de março, às 18h, em sua sede Centro, o debate “Um novo olhar sobre a mulher no século XXI”. A atividade da Comissão de Gênero e Etnia do Sinpro-Rio e do mandato da Deputada Estadual Inês Pandeló contou com a participação e o apoio dos sindicatos dos Psicólogos e dos Bancários e das secretarias de Mulheres da CUT-RJ e da CUT Nacional.

À mesa, Inês Pandeló e Graciela Rodriguez abordaram aspectos históricos da luta das mulheres e enfocaram as principais bandeiras do feminismo hoje.

Em junho, em mais uma iniciativa conjunta, a Comissão de Gênero e Etnia do Sinpro-Rio e o mandato de Inês promovem um ciclo de debates por uma educação não sexista.

Sintep Vales

## **D** Sintep Vales promove VI encontro das Mulheres

No dia 10 de março, às 14h30min, na Sede Campestre, aconteceu o VI Encontro das Mulheres do Sintep Vales. O evento reuniu todas elas, deusas por natureza, mães, pessoas incríveis, sonhadoras e batalhadoras. Mulheres que lutam por seus ideais, que dão a vida por suas famílias, que amam incondicionalmente, belezas únicas, vivas, cheias de mistérios e encantos! Mulheres que deveriam ser lembradas, amadas, e admiradas todos os dias.

Muitas atividades vêm sendo realizadas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, entre elas, uma apresentação teatral e palestra sobre a Lei Maria da Penha, com a participação de estudantes do curso de estética da Ulbra, que realizaram maquiagem e limpeza de pele nas convidadas, durante o intervalo.

## **D** Reunião do Coletivo de Mulheres da Fitrae-BC

O Coletivo de Mulheres da Fitrae-BC realizou a sua primeira reunião de 2012 em 15 de fevereiro, em Goiânia, na sede da Federação, para discutir e deliberar sobre o calendário do coletivo para este ano.

Participaram da reunião Ceny Maria Costa e Wânia Aparecida Silva Lopes, do Sinaae; Wânia Lima de Oliveira e Rosilene Maria da Costa, do Sinteea; Sirley Rodrigues de Sousa e Viviane Lariucci, do Sinproep-DF; Estefânia Leite Costa, do Sinpror; Zilmarina Camilo, do Sinpro-GO; e Márcia Cristina S. Mendonça, da Fitrae-BC.



Fitrae-BC

Reunião do Coletivo de Mulheres da Fitrae-BC

Decisões do coletivo

- O Coletivo participará das atividades das Entidades filiadas à Fitrae-BC em 2012;
- Elaborar um cartaz referente aos Direitos e Saúde da Mulher Trabalhadora em Educação.
- II SEMINÁRIO DA MULHER TRABALHADORA EM EDUCAÇÃO DA FITRAE-BC – Data prevista para 19 e 20 de maio de 2012.

Sinpro GO

## Caminhada em defesa do Trabalho Decente para a Mulher Docente

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás convidou professoras, professores, mães, pais, alunas e alunos a participarem da “Caminhada em defesa do Trabalho Decente para a Mulher Docente”, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no dia 10, às 9 horas, no Parque Flamboyant, em Goiânia/GO.

O evento, realizado pelo Sinpro-GO, teve o apoio da Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Saúde. Os dois órgãos municipais estiveram no Parque Flamboyant, na manhã de sábado, à disposição do público para dar orientações quanto à prática esportiva e aos cuidados com a saúde.



## Programação especial no Sinpaaet-Tubarão

Paridade de gênero, já! Esse tema promete ser constante nas ações a serem realizadas pelo SINPAAET neste ano. O assunto fez parte da discussão central do Seminário de Paridade realizado pela CUT, em fevereiro, evento do qual Gisele Vargas, presidenta do sindicato, participou. “Estamos num momento histórico no qual uma mulher chegou à presidência da República. Chegou a hora de reconhecer a importância das mulheres nas decisões políticas em todos os espaços de poder”, afirma Gisele.

As mulheres ganham destaque na programação de março do sindicato, com a realização de palestra motivacional no fim do mês e muita discussão sobre o papel da mulher na sociedade do século 21.

*Roberto Parizotti*



*Gisele Vargas, diretora do SINPAAET-Tubarão, e Rosane Bertotti, Secretária de Comunicação da CUT, durante Seminário sobre Paridade*

## SINPRO Espírito Santo promove valorização das professoras

O SINPRO/ES tem investido em projetos para melhorar a saúde e a qualificação das professoras que atuam nas instituições de ensino capixabas. Além de trabalhar para manter cláusulas sociais importantes na Convenção Coletiva de Trabalho, tais como: auxílio creche, internação do filho menor e estabilidade gestacional; o SINPRO também disponibiliza gratuitamente em sua sede atendimento gratuito com psicólogo, fisioterapeuta e fonoaudiólogo.

Para atender as demandas de capacitação, o SINPRO realizará em setembro um grande evento para um segmento de extrema importância na Educação: o SEI – Seminário de Educação Infantil reunirá mais de 200 docentes, majoritariamente professoras.



## A luta das mulheres é também a luta dos movimentos sindicais

Homenagem do Sindicato dos Professores de Itajaí e Região ao Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher expressa um traço poroso da história universal, que se integra à agenda anual, como uma forma de trazer, de tempos em tempos, narrativas de luta e conquista, ao meio de uma sociedade desigual. Trazer à tona fragmentos da história para que essas memórias não caiam no esquecimento e, com isso, o passado volte a se repetir. Entre elas, a mais lembrada: 130 tecelãs foram queimadas vivas em seu ambiente de trabalho por protestarem, em 1857, na cidade estadunidense de Nova Iorque.

No Brasil, as conquistas se contrastam com as desigualdades entre feminino e masculino. Em 1917, operárias têxteis da Fábrica Crespi dão início ao mais importante movimento grevista de São Paulo. Quinze anos depois, em 1932, foi conquistado o direito feminino de voto no Brasil, mas se contrasta, ainda hoje, com salários menores das mulheres. No período de modernização acelerada na ditadura militar, conhecido como “milagre econômico”, as mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho, acentuando mais a desigualdade classista sofrida por elas. Foi o momento de voltar a proclamar o direito à cidadania e denunciar a dominação patriarcal.

A ditadura militar produziu, paradoxalmente, uma rica contracultura. A luta da mulher em defesa da igualdade civil se fortaleceu na abertura política, em 1985, ao mesmo tempo em que o mercado passou a promover um culto californiano do corpo feminino. A luta por mais direitos civis se estendeu, também, na busca de libertação das forças dominadoras e alienantes do mercado, como o processo de fetichização do corpo da mulher nas vitrines e na paisagem televisiva.



Quadro “Mulher Grávida” – obra da professora e artista plástica Fátima Rodrigues Silva.

Esse cenário fortaleceu os movimentos feministas, estando na linha de frente contra os preconceitos de raça, de etnia, de gênero e de classe. Dessa rica experiência de luta, integra-se ao debate a discussão de gênero, que rompe de vez com o debate sobre o sexo como um atributo da natureza humana.

Mas não há dúvida de que os espaços independem da condição de gênero. O maior exemplo da história recente vem da própria Dilma Rousseff, primeira Presidenta do Brasil.

# Mulheres em *busca do poder*

Arquivo

As mulheres já são maioria da população brasileira e em 2010 alcançaram o principal posto político do Brasil, elegendo Dilma Rousseff para Presidenta da República. Mas ainda estamos longe de traçar um sinal de

equivalência quando se fala da presença feminina nos espaços de poder.

A participação das mulheres na política, no Brasil e no mundo, é fruto da atuação incansável dos movimentos feministas e da determinação de mulheres que não se deixaram ficar à margem dos homens na sociedade. Ao longo dos anos, as mulheres têm ocupado mais espaços de poder — no Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário), nos movimentos sociais e no mundo corporativo.

Foi em 1932 que as mulheres, depois de muita luta, conquistaram o direito ao voto. Alcançaram parte de sua cidadania ao poderem participar das eleições. O Brasil foi o quarto país no mundo

a reconhecer este direito das mulheres.

A outra parte da cidadania feminina – a do seu reconhecimento social como agentes políticos – ainda está por ser plenamente conquistada, apesar dos grandes avanços obtidos no decorrer destas oito décadas. De eleitoras, as mulheres passaram a ser candidatas, saindo de uma postura passiva para uma atitude ativa no cenário político.

Reivindicações para reconhecer os direitos sociais das mulheres transformaram-se em leis, proporcionando melhores condições para que elas pudessem investir em suas carreiras profissionais, ampliando sua participação no mercado de trabalho e nos movimentos sociais.

As alterações no mundo do trabalho e o acirramento das crises econômicas, que se sucedem com frequência cada vez mais acelerada, também contribuíram para ampliar a presença feminina em todas as dimensões da sociedade.

Contudo, essa inserção ainda se dá em condições adversas, na maioria das vezes precarizada. As mulheres recebem salários menores para funções iguais aos dos homens, acumulam a responsabilidade

do cuidado da família e passa a chefiá-la economicamente. Segundo estudo do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2001 a 2009 a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de aproximadamente 27% para 35% do total.

Na política, enfrenta uma cultura machista que ainda é predominante neste universo. Não é incomum escutar pessoas dizendo que “política é coisa para homem”. Nos últimos anos, esse cenário vem sofrendo mudanças a partir da inclusão de políticas afirmativas no arcabouço legal brasileiro para garantir a presença da mulher nas chapas eleitorais.

Em 2010, a eleição de Dilma Rousseff para presidência da República derrubou um tabu e certamente está contribuindo para estimular a participação feminina nos espaços de poder. Contudo, naquele mesmo ano, dos 27 governadores eleitos, apenas duas foram mulheres.

A promoção de mulheres para postos estratégicos na administração federal tem sido uma das tônicas do governo da presidenta Dilma, que nomeou 10 ministras e recentemente ousou ao indicar Maria das Graças Foster para a Presidência da Petrobrás.

Mas o fato de as mulheres estarem representadas no maior posto político do País e ocupando postos-chaves da administração federal não significa que a luta pela participação política da mulher chegou ao fim. Ao contrário. Em relatório recentemente divulgado pela ONU, o Brasil foi criticado pela baixa proporção de mulheres no Congresso Nacional. A atual bancada feminina na Câmara dos Deputados representa apenas 8,77% do total da Casa, com 45 deputadas. No Senado, há 12 senadoras, dentre os 81 lugares.

Para a deputada do PCdoB-MG, Jô Moraes, o tema da participação da mulher na política passa necessariamente pelo enfrentamento de uma pauta que, infelizmente, está emperrada no Congresso Nacional – a Reforma Política, “que incorpore a lista pré-ordenada de candidatos, a alternância de gênero nesta lista e o financiamento público de campanha, que daria equidade na disputa. Lamentavelmente este debate, que deveria ter se concluído no Congresso, se interrompeu e não está na agenda. Agora é muito importante que as mulheres tomem conhecimento de mudanças da Reforma Política de 2009 que, ainda que pequenas, contribuem para a sua inserção política. Refiro-me à destinação de verba do fundo partidário das fundações para a formação das mulheres e a



determinação de um espaço das mulheres nos programas partidários na televisão e no rádio”.

## Cotas são estímulo

A aprovação da lei 9.504/97, que criou a cota de 30% das vagas para mulheres nas chapas eleitorais foi a primeira legislação afirmativa para estimular a participação das mulheres nas eleições. Apesar de importante, foi limitada porque reserva as vagas sem a obrigatoriedade para o seu preenchimento. Alvo de críticas do movimento feminista, a lei foi posteriormente alterada para tornar

o preenchimento das vagas obrigatório.

A deputada federal Luci Choinacki (PT-SC) avalia que a política de cotas foi importante para o início da discussão com os partidos para promover a participação eleitoral das mulheres. O desafio está, na sua avaliação, em como colocar em prática essa política de cotas. “Antes os 30% eram opcionais agora não, para registrar as chapas é preciso preencher com 30% de mulheres. Mas isso só não basta, porque a política ainda é culturalmente masculina. Embora tenhamos elegido a Presidenta da República, nos Legislativos e Executivos a presença é majoritariamente masculina”.

As cotas são um estímulo, mas não são suficientes para garantir o acesso das mulheres ao poder. É preciso encorajá-las a entrar neste universo tido como masculino. “As mulheres muitas vezes ficam intimidadas porque acham que não estão preparadas para a função. Há uma forma sutil de constrangimento para inibir a participação das mulheres, para desencorajar essa participação. Mas é preciso mostrar para todas que nós nunca vamos estar preparadas se não participarmos”, avalia Choinacki.

Jô Moraes destaca que, este ano, o tema da participação da mulher na política deve estar centrado nas eleições municipais. “Como já se encerrou a etapa de filiação, é preciso estimular as candidaturas

O fato de as mulheres estarem representadas no maior posto político do País e ocupando postos-chaves da administração federal não significa que a luta pela participação política da mulher chegou ao fim.

Região	Estado	Bancada Estadual	Número de Mulheres
Norte	Acre	24	4
	Amazonas	24	2
	Amapá	24	7
	Pará	41	7
	Rondônia	24	3
	Roraima	24	2
	Tocantins	24	4
	<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>29</b>
Nordeste	Alagoas	27	2
	Bahia	63	11
	Ceará	46	6
	Maranhão	42	7
	Paraíba	36	6
	Pernambuco	49	4
	Piauí	30	7
	Rio Grande do Norte	24	3
	Sergipe	24	6
	<b>Total</b>	<b>341</b>	<b>52</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	24	4
	Goiás	41	2
	Mato Grosso	24	2
	Mato Grosso do Sul	24	2
	<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>10</b>
Sudeste	Espírito Santo	30	3
	Minas Gerais	77	4
	Rio de Janeiro	70	13
	São Paulo	94	10
	<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>29</b>
Sul	Paraná	54	4
	Santa Catarina	40	4
	Rio Grande do Sul	55	8
	<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>16</b>
<b>Brasil</b>		<b>1059</b>	<b>137</b>

femininas para disputar de fato vagas no Legislativo e Executivo. Temos que constituir uma rede de apoio para viabilizar a eleição de prefeitas e vereadoras”.

Segundo anuário lançado em 2011 pelo DIEESE e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2008 foram eleitas apenas 505 prefeitas – 9,1% de um total de 5.556 prefeituras – e 6.511 vereadoras – 12,5% do total de 51.974 cargos.

## Força e sensibilidade

A dificuldade da mulher em ocupar espaços de poder também é percebida nos movimentos sociais, que muitas vezes são uma etapa anterior ao ingresso da mulher na política. “Os movimentos sociais, seja na cidade ou no campo, refletem o processo da organização de uma sociedade que é capitalista e machista.” Esta é a avaliação da coordenadora da operativa da CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais, Rosane Bertotti.

Para ela, as principais dificuldades de participação são decorrentes das poucas condições dadas para as mulheres ocuparem os espaços. “As mulheres precisam cumprir um conjunto de tarefas que a sociedade nos deu, o cuidado com a casa, com a família, com os filhos”, lembra. Mas, quando uma mulher se torna liderança de um movimento, ela precisa conviver com todos esses fatores e isso faz com que ela exerça sua liderança com mais amplitude e sensibilidade e com muito mais firmeza também. Uma das características das mulheres é sua capacidade de atuar em várias frentes ao mesmo tempo, mas sempre com foco. Isso traz muita qualidade para a nossa participação nos movimentos sociais”, avalia Bertotti.

Mesmo assim, ela lembra que “quando uma mulher ocupa um cargo a pergunta frequentemente feita é: será que ela vai ter capacidade, vai ter competência? Engraçado. Quando é um homem não se faz essa pergunta. A história tem mostrado que as mulheres têm muita capacidade e competência. Uma coisa que me chama muita atenção é a capacidade que as mulheres têm de levar uma ação estratégica até o fim, talvez pela sua trajetória de vida. Porque nós somos muito mais cobradas do que o homem”, conclui.

## Política afirmativa no movimento social

Na década de 90, uma das pautas das mulheres nos movimentos sociais foi a cota de participação feminina nas entidades, para garantir que, além de estarem presentes na base do movimento, elas teriam oportunidade de ocupar postos de direção nas entidades.

“A história da sociedade nos aponta que sempre quando há alguma discrepância, a adoção de políticas afirmativas são fundamentais e estratégicas. Eu digo mais, eu sou fruto da cota”, afirmou

Bertotti. Para ela, “pode ter uma mulher e um homem nas mesmas condições de assumir um espaço de poder numa entidade, mas sem a política de cotas dificilmente a mulher é a escolhida”.

Contudo, a coordenadora da CMS alerta que não basta criar a política afirmativa se ela não estiver articulada com um conjunto de ações. “Além do espaço para a participação da mulher é preciso dar condições para que ela participe e qualificar essa participação. Qual o espaço de poder que as mulheres vão ocupar. Dificilmente elas ocupam as funções principais. Quantas mulheres nós temos na presidência, nas tesourarias?”, questiona.

Para exemplificar, Bertotti cita as categorias da educação. “Se avaliarmos a estrutura sindical da área da educação, vamos ver que poucas mulheres foram presidentes dos sindicatos, mesmo sendo a maioria da categoria. Então, precisa ter política de cotas, precisa dar condições e estabelecer políticas para ocupar os espaços de poder, com qualidade”, ressalta.

## Mulheres no Judiciário

Outro espaço em que ainda predomina a subrepresentação feminina é no Poder Judiciário. Apesar de haver, no Brasil, metade de advogadas, apenas 30% alcançam postos na Magistratura, 19% nos Conselhos Nacionais de Justiça e 15,5%

*As cotas são um estímulo, mas não são suficientes para garantir o acesso das mulheres ao poder.*

nos Tribunais Superiores, segundo dados do projeto Mais Mulheres no Poder. Não há nenhum mecanismo de política afirmativa para a promoção de magistradas no Brasil.

O Supremo Tribunal Federal teve apenas três mulheres que alcançaram a condição de ministras: Ellen Gracie, indicada em 2000, Cármen Lúcia, indicada em 2006, e Rosa Weber, indicada em 2011. Em toda a sua história, de 1891 até hoje, o Supremo Tribunal Federal só teve uma mulher presidenta: a ministra Ellen Gracie, no período 2006-2008. Todos os outros 40 presidentes foram homens.

No início de março, a ministra Cármen Lúcia foi eleita presidenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), substituindo o ministro Ricardo Lewandowski no mais alto posto da Justiça Eleitoral. Primeira mulher a ser eleita presidente TSE, a ministra aproveitou seu primeiro discurso após a eleição para lembrar os 80 anos do voto feminino. Segundo ela, na época, havia pouco mais de 1,5 milhão de mulheres eleitoras. Atualmente, o Brasil possui um eleitorado de 136 milhões de pessoas, das quais 52% são do sexo feminino.

Nos outros tribunais, a representação feminina também é muito pequena. No Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior do Trabalho são apenas cinco mulheres em cada, que representam menos de 18% do total dos ministros

— entre elas a ministra Delaíde Miranda Arantes, ex-assessora jurídica da CONTEE. Situação ainda pior é encontrada no Superior Tribunal Militar e no Tribunal Superior Eleitoral, que possuem apenas uma ministra cada.

## Executivas ainda são minoria

Segundo levantamento realizado pelo jornal Folha de S. Paulo, a partir do ranking “Melhores & Maiores” da revista Exame, apenas 5 das 100 maiores companhias em receita com vendas tinham mulheres na presidência no início de 2011. Em 2009, não havia nenhuma mulher nestes postos.

Segundo o grupo DMRH, especializado em consultoria para recursos humanos, só 3% das cadeiras de presidentes, em média, ficam com as mulheres. De acordo com a consultoria, 9% dos diretores e vice-presidentes das companhias são mulheres; elas são cerca de 35% dos gerentes e 50% dos trainees e analistas.

De acordo com o levantamento da consultoria, alguns dos motivos que afastam as mulheres dos postos mais altos nas empresas são os mesmos que dificultam a participação feminina nos espaços de poder nos movimentos sociais e na política: dificuldade em conciliar a vida profissional e a pessoal, ou seja, o fato de recair sobre a mulher a dupla jornada em razão do cuidado com a casa e a família.

Apesar de a mulher ter conquistado direitos importantes como a licença-maternidade, ainda falta um debate mais amplo na sociedade para reconhecer, por exemplo, a maternidade como uma responsabilidade social e não apenas da mãe. Faltam creches, berçários e condições adequadas para garantir que a lactante possa amamentar seus bebês.

E, ao contrário do que possa se pensar, é possível haver políticas afirmativas também no mundo corporativo. Já há países que aprovaram leis que tornam obrigatória uma presença feminina maior nas empresas que possuem conselhos administrativos. É o exemplo da Noruega, onde é obrigatório, desde 2008, que 40% dos conselhos de administração sejam compostos por mulheres. Na Espanha, foi aprovada uma lei semelhante, com a mesma cota, mas só entra em vigor em 2015.

Na esfera pública ou privada, superar a discriminação da mulher na sociedade é um desafio ainda a ser superado. Sem que haja uma opção consciente para garantir a promoção da mulher, com políticas afirmativas e sociais que deem suporte à atuação profissional, política e militante, sem que os homens compartilhem com as mulheres as tarefas do cuidado com a família e o lar, dificilmente atingiremos a condição de traçar um sinal e equivalência entre homens e mulheres nos espaços de poder. ◼



# Atual Bancada Feminina no Congresso Nacional (2012)



# Mary del Priore: *A contadora de histórias*

Divulgação

Conheça a seguir a professora carioca Mary Del Priore. Formada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com doutorado em história social pela USP e pós-doutorado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris.



Uma contadora de histórias. Assim se define Mary Del Priore, uma destacada especialista brasileira em questões femininas. Professora de História, formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com doutorado em história social pela USP e pós-doutorado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, ela é atualmente professora do Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira, em Niterói, Rio de Janeiro.

A condição feminina e o amor são temas recorrentes e que mais chamam a atenção dessa professora-pesquisadora apaixonada por história. Já lançou mais de 30 títulos, que lhe renderam prêmios importantes, como o “Casa Grande & Senzala” (por duas vezes) e o prêmio da Associação de Críticos de Arte de São Paulo. Há ainda dois Jabuti, por “História da Vida Privada”, obra coletiva da qual participou, e “História das Mulheres no Brasil”, que organizou.

Mãe de três filhos, avó de duas netas, e casada pela segunda vez, essa carioca de 59 anos diz que teve sorte – ressaltando que não teve que fazer muitos sacrifícios para conciliar a vida em família e o trabalho. Como se casou cedo, só voltou a estudar com os filhos já crescidos. Assim não se sentiu culpada como muitas mulheres de hoje por deixar os filhos aos cuidados de outros na retomada da vida profissional. “Deu pra conjugar tudo sem culpa. Eles iam para a escola e eu para a universidade”.

*“A sociedade precisa valorizar o professor. Precisa nos ver como agentes de transformação da realidade, portanto, dignos de carinho, de respeito” – Mary Del Priore*



“O diagnóstico das revoluções femininas até o século XX é, por assim dizer, ambíguo. Ele aponta para conquistas, mas também para armadilhas. No campo da aparência, da sexualidade, do trabalho e da família houve conquistas, mas também frustrações. A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma

identidade, mas de uma identificação. A revolução sexual eclipsou-se frente aos riscos da Aids. A profissionalização, se trouxe independência, trouxe também estresse, fadiga e exaustão. A desestruturação familiar onerou, sobretudo os dependentes mais indefesos: os filhos.”

*Trecho do livro "Corpo a Corpo com a mulher - Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil".*



Depois, quando os filhos foram para universidade, ela pode se dedicar somente ao trabalho.

Um trabalho muito rico, diga-se de passagem, que exige bastante disciplina e pesquisa. Horas e mais horas vasculhando a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, mais recentemente, muitas visitas dedicadas ao acervo do Museu Imperial, em Petrópolis, região serrana do Rio. Lá investiga e reúne material para sua próxima obra sobre a família real: “A carne e o sangue – D. Pedro I, Leopoldina e a Marquesa de Santos”, que será lançado em abril, pela Editora Rocco. Assim como outros títulos já publicados que trazem o período colonial, trata-se de história romanceada, com grandes personagens, estilo que mais lhe agrada produzir. Mas temas que estão na ordem do dia também são presentes em seus livros, como racismo, homofobia e erotismo.

“Minha utilidade é fazer interessar a história. É suscitar a curiosidade. Eu me dedico ao ofício de contar a História com ‘H’ maiúsculo”, afirma categórica ao se classificar como uma Historiadora, profissão, segundo ela, muito desvalorizada. Desvalorização latente na carreira de um educador.

## Mulheres na Educação

Para Mary, a “educação” na verdade é uma área que se feminizou. Isso porque até o século XIX os mestres eram homens. Foi com certa democratização do ensino e a multiplicação das escolas que a mulher passou a ocupar esse espaço. Principalmente porque a professora foi identificada como ‘mãe’ (ou a tia!). “A mulher na escola é assexuada”.

A historiadora observa que a carreira na educação foi

feminizada por oferecer baixos salários. “Como um trabalho de segunda categoria, é destinado às mulheres. Quem é menos remunerado? A mulher!”, lamenta. Assim, a educação tem predominância feminina, porque a mulher é identificada como transmissora da ‘educação’ (mãe) e porque recebe menores salários. O mesmo ocorre nos cargos administrativos e de chefia.

Desse modo, ao avaliar a situação da mulher na educação nos dias de hoje (que representa a maioria dos trabalhadores), Mary afirma enfática: “é necessária a valorização do profissional. Existe uma dessensibilização em relação a educação. Os pais deixam o filho na escola e pronto. Acham que a escola é a responsável por educar”. Para ela, a sociedade brasileira não faz justiça ao educador. “A sociedade precisa valorizar o professor. Precisa nos ver como agentes de transformação da realidade, portanto, dignos de carinho, de respeito”.

## Trabalho

Na opinião de Mary, considerando que a entrada no mercado de trabalho é recente – por conta da chegada da pílula anticoncepcional e do controle da própria sexualidade-, as mulheres ainda estão se afirmando dentro de suas conquistas,




“Nos últimos 20 anos a gente tem convivido com uma noção de amor que virou quase uma obrigatoriedade: todo mundo é obrigado a ser feliz, é obrigado a amar... Essa obrigatoriedade traz uma tarefa muito pesada – tanto para homens quanto para mulheres – mas eu diria que pra mulheres mais ainda, porque a mulher que é mantenedora da casa, do lar, dos filhos. Ela tem uma série de compromissos que a deixam mais presa em casa do que o homem.”

*Mary Del Priore reflete o papel da mulher como “cuidadora”, em Café Filosófico.*

estão individualistas. “As mulheres ainda não conseguem sair e pensar no coletivo”. Para atuar coletivamente elas ainda precisam superar outras questões. “É difícil o consenso entre grupos de mulheres. É preciso que diminuam os conflitos dentro do próprio gênero, que dêem apoio àquelas que ambicionam espaços maiores. E ainda é preciso organização, pois sem isso as lutas são como vozes no deserto”.

O avanço das políticas pensadas para as mulheres, no Brasil, é outro ponto essencial. “Nos países desenvolvidos há a percepção de que o trabalho feminino é importante”. No caso, o Estado e a iniciativa privada dão o suporte para que as mulheres consigam equilibrar a vida pessoal e profissional.

“E esse é um grande desafio das novas gerações: dar conta da vida pública e da vida privada. É achar uma saída que permita às mulheres o equilíbrio”. Como alcançar o equilíbrio, dentro de nossa sociedade patriarcal? Segundo Mary, é preciso que as mulheres tenham consciência de que elas também são produtoras do machismo. Para isso é importante o afastamento, para uma reflexão. Aí, novamente entra a educação. “É a educação que gera consciência”, conclui. 



## Estante

Destaques entre os mais de 30 livros da autora:

A História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto-UNESP, 1997. (PRÊMIO JABUTI 1998. Mais de 20 mil exemplares vendidos ) (capa <http://www.editoracontexto.com.br/produtos.asp?cod=232> )

Mulher na História do Brasil, São Paulo, Contexto, 1988. (5a. edição - março 1996).

A História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto-UNESP, 1997. (PRÊMIO JABUTI 1998)

A História das Crianças no Brasil. São Paulo, Contexto, 1999. (Prêmio Casa Grande e Senzala e indicado para o prêmio Jabuti 2000)

A História das Crianças no Brasil. São Paulo, Contexto, 1999. (Prêmio Casa Grande e Senzala e indicado para o prêmio Jabuti 2000)

Corpo a corpo com a mulher, - uma pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil, São Paulo, Senac, 2001

História do Amor no Brasil, São Paulo, Contexto, 2005. (finalista do prêmio Jabuti 2006)

O Príncipe Maldito – uma história de traição e loucura na família imperial, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007. (premio de melhor livro não ficção da Associação de Críticos de Arte de São Paulo)

Condessa de Barral – A paixão do Imperador, Rio de Janeiro, Objetiva, 2008. (2. lugar Prêmio Sérgio Buarque de Holanda da Biblioteca Nacional, por ensaio social)

Matar para não morrer – a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis, Rio de Janeiro, Objetiva, 2009. (Prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil 2010)

Histórias Íntimas – erotismo e sexualidade na história do Brasil, São Paulo, Planeta. 2011.

## CONTEE: 20 anos na luta pelos direitos da Mulher

Desde a sua fundação, há 20 anos, a CONTEE atua na luta contra a discriminação de gênero, pela emancipação da mulher, pela ampliação da participação política feminina e por igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

A primeira diretoria da Confederação, eleita em 1991, já contava com a “Secretaria de Assuntos da Mulher”, passando a chamar-se “Secretaria de Gênero e Etnia” a partir da gestão 2003-2006.

Ao longo dessa história, inúmeras campanhas foram desenvolvidas pela entidade sobre as questões da mulher trabalhadora. Sempre com atuação destacada em atividades, marchas e manifestações das entidades sindicais, movimentos sociais e organizações feministas.

Em 1998, a CONTEE realizou campanha contra a discriminação da Mulher (figura 1), denunciando abusos cometidos por instituições de ensino que exigiam para

admissão de mulheres: boa aparência, teste de gravidez, exames de HIV, atestados de laqueadura, entre outros. Em 2010, um belo cartaz (figura 2) celebrava os 100 anos do Dia Internacional da Mulher com a reivindicação de “Mulheres no Poder: mais direitos, mais igualdade”.

Historicamente, os Seminários de Gênero e Etnia da CONTEE potencializaram as ações da entidade e contribuíram na formação sindical e na ampliação da luta da mulher nos sindicatos e federações filiados.

Ainda assim, é preciso avançar na participação das mulheres nas entidades sindicais. De acordo com levantamento feito pela Confederação, apresentado no VII Encontro de Gênero da CONTEE (figura 3), realizado em São Paulo, em 2011, entre os 1838 dirigentes que formam as diretorias das 81 entidades filiadas à Confederação, 60,07% são homens e apenas 39,93% mulheres.

Figura 1:  
Cartaz da Campanha da CONTEE contra a discriminação da Mulher (1998).





A diferença torna-se ainda mais expressiva quando focamos a participação das companheiras nos cargos de presidência e coordenação das entidades. Nestes casos, os homens ocupam 78% dos postos de direção das entidades.

Para a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, apesar a eleição da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil ainda precisa avançar muito para garantir às mulheres igualdade na ocupação dos espaços sociais. “No mundo do trabalho, a mulher ainda tem que conviver com o ab-



Figura 2: Cartaz da Campanha da CONTEE em homenagem do Dia Internacional da Mulher (2011).

surdo das diferenciações salariais, além de outras discriminações”, ressaltou Nara.

Contudo, a luta das mulheres nos movimentos sociais e sindicais não se limita à questão de gênero, como destaca a dirigente: “ao lado da justa luta pelos direitos da mulher, nós, mulheres sindicalistas, também temos que desenvolver a luta por maior justiça social, pela construção de uma sociedade igualitária para todos e todas. E entrelaçar de forma eficaz essas bandeiras é o grande desafio para as mulheres conscientes de seus direitos”, finalizou.

Rosana Vilas



Figura 3: Participantes do VII Encontro de Gênero da CONTEE, realizado em São Paulo, em 2011

# Violência contra a mulher: *um mal a ser combatido*

Por Nara Teixeira\*

Vandré Fernandes

A secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, fala sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, tanto no ambiente doméstico quanto no mundo do trabalho, e avalia a necessidade de avanço nas ações do poder público para a superação desse grave problema social.



As comemorações do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – reforçam a necessidade cotidiana de luta pela tão sonhada igualdade de gênero. Hoje, felizmente, podemos identificar e comemorar uma série de avanços conquistados, no campo econômico, político, doméstico ou mesmo mundo do trabalho. Entretanto, há ainda muitas conquistas a avançar. A opressão de gênero e a violência contra a mulher, no ambiente doméstico ou no mundo do trabalho, persistem em nosso País, envergonhando a sociedade – evidenciando a necessidade de ser enfrentada com determinação.

## A chaga da violência doméstica

Dados apurados a partir da pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada pelo Instituto Avon/Ipsos, em 2011, na qual 1,8 mil pessoas de cinco regiões brasileiras foram entrevistadas, revelam que 6 em

cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. E nada menos do que 27% das mulheres entrevistadas declararam já ter sido vítimas deste tipo de violência.

Ainda de acordo com a pesquisa, 57% declararam conhecer mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica. A violência física foi citada por 78%; em segundo lugar aparece a violência moral, com 28%; praticamente empatada com a violência psicológica (27%). Já 94% dos entrevistados afirmaram conhecer a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% disseram saber seu conteúdo.

Já outra pesquisa, realizada pelo Datasenado (Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 2011), onde foram 1.352 entrevistas, apenas com mulheres, em 119 municípios, incluídas todas as Capitais e o Distrito Federal, apontou que o medo continua sendo a razão principal (68%) para impedir a denúncia dos agressores. E indicou que os agressores são as pessoas mais próximas das vítimas que, em tese, teriam a missão de protegê-las: os maridos ou companheiros, sendo responsáveis por 66% dos casos de agressão.

Uma análise dos dados coletados pela Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180”, sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), mostra um retrato cruel da violência contra a mulher. No ano de 2011, o serviço totalizou 667.116 ligações – uma média de 1.828 por dia, sendo que desse total: 343 denunciaram estarem submetidas a cárcere privado – média de quase uma denúncia por dia.

Formas de opressão e violência no mundo do trabalho  
A violência contra a mulher, contudo, não se restringe ao ambiente doméstico. O desenvolvimento do capitalismo, sobretudo com o advento da chamada Revolução Industrial, mesmo incorporando parcela significativa de mulheres no processo produtivo, o fez de maneira deformada e cruel: com salários, em média, inferiores para o mesmo trabalho desenvolvido por homens e menores índices de registro em carteira de trabalho. Além disso,



*“As mulheres são as mais afetadas pelo desemprego e pelas diversas formas de precarização do trabalho e estão mais sujeitas aos assédios moral e sexual.” – Nara Teixeira*

as mulheres são as mais afetadas pelo desemprego e pelas diversas formas de precarização do trabalho e estão mais sujeitas aos assédios moral e sexual – situação agravada se levarmos em conta a realidade das trabalhadoras negras.

As mulheres ainda enfrentam a chamada “dupla jornada de trabalho”, pois os afazeres domésticos, na maioria das vezes, não são divididos igualitariamente. Dados do IBGE constatarem um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, que passou de 54,3% em 1995, para 59,1% em 2005 – impulsionado pelo aumento da escolaridade feminina; pela redução do número de filhos por mulher; por uma maior expectativa feminina de autonomia econômica e realização pessoal; entre outros. Ainda assim, a realidade tem mostrado que esse crescimento não veio associado a uma significativa redução da desigualdade de gênero.

## Origens das desigualdades e conflitos

Para María del Carmen Cortizo e Priscila Goyeneche, no trabalho “Judicialização do privado e violência contra a mulher”, as origens das desigualdades

entre homens e mulheres remetem à nossa organização social, que institui, rígida e historicamente, os espaços públicos e privados. Sendo destinados ao homem: os espaços públicos (posições de poder); e à mulher: os espaços privados (os cuidados do lar).

Nesse sentido, de forma acertada, as autoras defendem a ampliação da lei sobre esse espaço privado, reconhecendo que a violência contra a mulher é um fenômeno de escala mundial e que precisa ser enfrentado pela sociedade. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008) reconhece que a violência contra a mulher tornou-se uma epidemia, que produz agravos à saúde física, psíquica e sexual das mulheres e meninas – devendo ser enfrentada com políticas públicas e punição dos agressores.

## Avanços, mesmo que ainda tímidos

O grande marco do enfretamento da violência doméstica ocorreu em 7 de agosto de 2006, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha – cujo nome é uma homenagem a uma vítima de violência doméstica que soube reagir e buscar seus direitos.

Recentemente, em 9 de fevereiro de 2012, essa lei ganhou importante reforço: em julgamento histórico o Supremo Tribunal Federal (STF), que a considerou constitucional, além de abolir a obrigatoriedade da representação da vítima para o início do processo judicial. Com isso, independentemente da vontade e/ou conveniência da mulher, o Ministério Público poderá propor a ação penal contra o agressor.

Toda mudança cultural, no entanto, leva tempo para ser efetivada. Apesar da conquista que representa às mulheres brasileiras a efetivação da Lei Maria da Penha, sabemos que nossa estrutura social pouco avançou durante esse período. Um dos aspectos diz respeito ao aparato jurídico e policial no trabalho do cumprimento da lei. Nesses espaços institucionais impera uma visão conservadora, mesmo machista, o que por sua vez leva ao rebaixamento do verdadeiro significado do combate à violência contra a mulher.

Vemos, assim, que as ações do poder público ainda são muito restritas, uma vez que o Brasil tem cerca de 5.500 municípios e apenas 190 Centros de Referência (atenção social, psicológica e orientação jurídica); 72 Casas Abrigo; 466 Delegacias Especializadas de Atendi-

mento à Mulher; 93 Juizados Especializadas e Varas adaptadas; 57 Defensorias Especializadas; 21 Promotorias Especializadas; 12 Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor; e 21 Promotorias/Núcleos de Gênero no Ministério Público – números infinitamente inferiores às necessidades reais de nosso País de dimensões continentais.

Para a consolidação da Lei Maria da Penha é preciso estabelecer prioridade no combate e prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres, determinando orçamentos específicos, melhorando e aumentando a rede de apoio às vítimas. É essencial articular políticas públicas transversais com os diversos ministérios e secretarias – justiça, direitos humanos, segurança, saúde, educação, entre outros – no âmbito dos governos federal, governos estaduais e municipais –, com medidas que possam promover a igualdade e equidade entre mulheres e homens.

Também é preciso reconhecer a mudança na percepção da sociedade em relação à problemática da violência contra a mulher. O antigo bordão “em briga de marido e mulher não se mete a colher” começa a ser deixado de lado, e parte considerável da socieda-



de se vê como responsável por intervir, direta ou indiretamente, nesses conflitos privados. Hoje, felizmente, outros bordões começam a entrar em moda, tais como: “homem que é homem não bate em mulher”, “quem bate em mulher é homem covarde” etc. Ou seja, o “machão” que batia e era venerado passa a ser estigmatizado e menosprezado pela sociedade.

Outro aspecto importante nesta luta tem sido a própria atitude das mulheres frente à violência sofrida. Muitas perderam o medo em denunciar seus agressores. Papel destacado cumprem as entidades e organizações de mulheres, as representações institucionais de mulheres nos governos federal, estaduais e municipais, os Conselhos de Mulheres e, principalmente, as Conferências de Mulheres, em que são traçados democraticamente os projetos em defesa dos direitos femininos.

## Caminhos a trilhar

Por outro lado, a luta contra a violência e a opressão de gênero não é uma tarefa que cabe apenas a nós mulheres. Os homens também têm um papel fundamental, pois este enfrentamento está intimamente ligado à luta pelo fim da exploração de classe e a construção de um mundo sem explorados e exploradores. Mas, por sermos as vítimas dessa situação, devemos ser as primeiras a levantar o forte brado: alto lá, este corpo tem dona e não mediremos esforço para fazer cumprir a lei que nos protege! **c**



*\* Nara Teixeira de Souza é presidente do SINTRAE-MT, diretora de Gênero e Etnia da CONTEE e presidente da CTB/MT.*

# Desigualdades no *mercado de trabalho*

Ádria de Souza/Prefeitura de Olinda

Salários menores, jornada dupla, menor acesso aos cargos de chefia e direção, participação restrita em organizações e entidades sindicais. Um longo caminho deve ser superado para que as mulheres alcancem a igualdade no mundo do trabalho.



A renda do trabalhador brasileiro apresenta cenário favorável, mas as desigualdades salariais entre homens e mulheres ainda persistem. Só em 2011, as mulheres ganharam, em média, 28% a menos do que os homens, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em média, as mulheres ganharam R\$ 1.343,81 contra R\$ 1.857,64 dos homens.

A disparidade não atingiu somente gênero, mas também raça. No ano passado, os trabalhadores de cor negra ou parda ganhavam, em média, pouco mais da metade do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. As médias anuais de renda, em 2011, foram de R\$ 1.073,22 para os trabalhadores de cor negra

e de R\$ 1.121,44 para os de cor parda, enquanto a dos trabalhadores de cor branca foi de R\$ 2.050,25.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CTB, Raimunda Gomes, a Doquinha, essa disparidade é resultado da ausência de uma política que garanta os mesmos direitos a homens e mulheres no mercado de trabalho. “Tudo isso acontece por



conta da desigualdade histórica. Daí a grande necessidade de aprovarmos o PL da Igualdade. As mulheres continuam avançando, em razão da formação e qualificação que têm sido crescentes. Porém, continuam com salários menores, por conta da diferenciação na valorização da mão de obra feminina e masculina, resultado de uma cultura machista intrínseca na sociedade brasileira”.

Rosane Silva, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT concorda. Para ela, a razão fundamental dessa situação é também a discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho. “Uma discriminação que se manifesta no acesso ao trabalho, na permanência, na ausência de oportunidades para ascensão profissional, nos salários, na concentração profissional entre outros”.

Ela destaca que, segundo dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE, 39% dos lares no País são chefiados por mulheres e por isso, a redução das desigualdades entre homens e mulheres passa também por uma política permanente de valorização do salário mínimo. Evidentemente, tanto homens quanto mulheres são beneficiários desta política. Entretanto, aponta Silva, as mulheres (especialmente as jovens) são mais impactadas, pois são maioria das que recebem até dois salários. Dentre o total das mulheres em idade ativa, aquelas que não têm rendimento ou têm de até no máximo dois salários mínimos são 84,3% do total. E ainda, dentre as mulheres ocupadas, as que recebem até dois salários mínimos são 66,5% do total. “Sendo assim, sabemos que a valorização do salário mínimo é fundamental para toda a classe trabalhadora, e insere-se de maneira decisiva na luta das mulheres. Só teremos uma sociedade justa e igualitária, quando as mulheres tiverem autonomia política, social e econômica”, afirma Rosane.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional dois Projetos de Lei que versam sobre a Igualdade de direitos entre homens e mulheres: um na Câmara dos Deputados (4857/2009 e 6653/2009 - autoria da deputada Alice Portugal e outros parlamentares) e outro no Senado Federal (PLS 136 - do Senador Inácio Arruda).

Ambos, em sua essência, visam garantir às mulheres as mesmas oportunidades, no mercado de trabalho e na sociedade e estabelecem punições aqueles que discriminarem qualquer mulher em função da questão de gênero, raça, orientação sexual ou classe social.

## Centrais sindicais promovem a luta pela igualdade

A luta pela participação feminina no movimento sindical também é fundamental. As mulheres representam 42,6% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira e somam apenas 17,3% das pessoas sindicalizadas (dados de 2009). A ausência de trabalhadoras nos sindicatos tem reflexos na organização das entidades e nas pautas de negociações que atingem diretamente a vida das trabalhadoras.

Por isso, as Centrais Sindicais estão promovendo diversas ações. Em 2012, a CTB está na organização do Fórum de Mulheres das Centrais Sindicais, que reúne ainda: CGTB, UGT, Nova Central Sindical e Força Sindical. O grupo terá as resoluções da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres como norteadoras das ações a serem desenvolvidas, destacando a “autonomia política”, em função dos 80 anos do voto feminino, um marco na luta das mulheres no Brasil e as eleições municipais

de 2012.

A 13ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 2011, aprovou a paridade entre homens e mulheres na distribuição dos cargos de direção da CUT, em níveis nacional e estadual. A proposta será levada ao 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), que acontece em julho deste ano, onde será submetida à votação. A paridade foi ainda tema de seminário realizado em fevereiro pela CUT, em São Paulo/SP. **c**

## Mulheres são 93% dos titulares do Bolsa Família

O Programa Bolsa Família prioriza a mulher como responsável por receber o benefício. Nas 13,3 milhões de famílias atendidas, 93% têm mulheres como titulares para o recebimento. Os dados são.

Dados de janeiro de 2012 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) indicam que mais de 19 milhões de mulheres são beneficiárias do Bolsa Família. Destas, aproximadamente 240 mil têm até 20 anos, cerca de 11,8 milhões têm entre 21 a 60 anos. Na faixa acima de 60 anos, são mais de 300 mil mulheres. O Nordeste (8.815.593) e o Sudeste (5.766.985) são as regiões que apresentam maior número de beneficiárias.

Em janeiro de 2011, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) publicou um estudo sobre o impacto do Bolsa Família na frequência escolar de beneficiários do programa. Os resultados por gênero e área de residência atestaram as mudanças em relação à presença na escola das meninas de 15 e 16 anos que vivem na zona rural.

De acordo com o estudo, o Bolsa Família teria sido responsável pela redução de 50% no índice de abandono escolar, que é de 15,7% e 33,7%, respectivamente, entre os beneficiários e não beneficiários.

Fonte: Em Questão



# Na pauta *Positiva*

*Veja aqui um importante avanço no debate sobre a mulher que merece destaque:*

## STF: Lei Maria da Penha é constitucional e vale mesmo sem queixa da vítima

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por unanimidade, confirmar a validade da Lei Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica. Os ministros entenderam que a lei não fere o princípio constitucional de igualdade, e sim o contrário, já que busca proteger as mulheres para garantir uma cultura de igualdade efetiva, sem violência e sem preconceitos.

O STF decidiu ainda que, a partir de agora, o Ministério Público pode denunciar o agressor nos casos de violência doméstica contra a mulher, mesmo que a mulher não apresente queixa contra quem a agrediu.

As decisões foram comemoradas pelas organizações feministas e pelos movimentos sociais.

# Desafios para a *nossa luta*

*Os desafios do movimento feminista no Brasil e no Mundo são grandes e variados. Destacamos dois aspectos que exigem atenção redobrada:*

## Presas é algemada após parto em São Paulo

No início de fevereiro, um vídeo gravado dentro de um hospital estadual comprovou que Elisângela Pereira da Silva, presa desde novembro sob suspeita de furtar chuveiro, bonecas e xampus, havia sido algemada à cama após dar à luz. Autoridades disseram na ocasião que caso era “exceção”, pois ela havia mordido uma agente.

Dias depois da denúncia, o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou proibição do uso de algemas em presas grávidas, durante ou no pós-parto. Segundo o decreto, presas em trabalho de parto não oferecem risco de fuga e “fica vedado, sob pena de responsabilidade, o uso de algemas durante o trabalho de parto da presa e no subsequente período de sua internação”.

A luta por direitos humanos, com ênfase à proteção à mulher, é prioritária e não pode preterida.

## Faltam 12 mil creches no país

No Brasil, 10 milhões de crianças de 0 a 3 anos não têm acesso a creches. Segundo estudo da Fundação Abrinq, será preciso construir 12 mil unidades para que todos os menores sejam atendidos, ou seja, o dobro do que o governo federal prometeu criar – 6 mil creches em quatro anos, até o fim do mandato da presidente Dilma Rousseff.

# A voz e comunicação *de professoras*

Arquivo

A fonoaudióloga, Fabiana Zambon, explica as particularidades da voz feminina e seu uso entre educadoras e dá dicas de cuidados para preservar a saúde vocal.



Professores têm sua voz como principal instrumento de trabalho e com frequência esses profissionais lecionam em condições inadequadas, por muitas horas ao dia, para um grande número de alunos, em uma condição ambiental desfavorável e sem treinamento prévio de voz e comunicação. Tais fatores colaboram para que esses profissionais tenham uma alta prevalência de sinais e sintomas vocais tais como: rouquidão, garganta seca, desconforto e esforço para falar, cansaço vocal e dificuldade para projetar a voz. Essa situação faz com que frequentemente professores tenham alterações na voz e precisem de tratamento.

O sexo feminino prevalece entre professores e mulheres possuem um maior risco de desenvolver uma alteração vocal devido à configuração anatômica da laringe (órgão onde as cordas vocais estão localizadas) e a variação hormonal que apresentam. Outro aspecto que necessita de atenção é que mulheres tendem a ter uma voz mais aguda (fina) e um estilo de comunicação mais feminino, que significa fazer mais contato com o interlocutor e a tendência de ter um discurso menos objetivo. Porém, de acordo com o nível de ensino que leciona, essa comunicação pode variar de professora a professora, sendo o mais ideal um equilíbrio, no qual a docente mantém o contato com os alunos e possui uma comunicação objetiva e com credibilidade.

Sou fonoaudióloga e coordeno um Programa de Saúde Vocal no SINPRO-SP (Sindicato dos Professores de São Paulo) que oferece aos professores avaliação, orientação, aprimoramento e tratamento vocal. Na minha atuação, procuro passar ao professor o quanto ele precisa ter percepção vocal, estar atento às mudanças na voz de acordo com as intenções do discurso e com as situações de trabalho. Por falta de percepção, alguns professores variam pouco a voz, o que pode aumentar o cansaço vocal e deixar a aula mais cansativa para os alunos.

Podemos pensar no exemplo de uma professora de educação infantil que possui um padrão de comunicação mais feminino, com uma voz mais aguda e fala a maior parte do tempo sorrindo.

Quando essa professora tenta chamar a atenção dos alunos ela mantém essa voz aguda, aumenta a intensidade (volume) e sua voz se mistura com as vozes das crianças. No final, ao ter esse padrão de voz e comunicação, ela agita mais os alunos, precisa repetir o que disse, fica cansada e aumenta o desgaste de sua voz. Essa mesma professora de educação infantil, ao contar histórias para os alunos, precisa de uma grande flexibilidade de voz e comunicação e, com treinamento adequado, pode fazer com que esse momento seja um descanso para sua voz e não mais um abuso.

O mais importante é que professores tenham acesso a informações sobre voz e comunicação para usarem estratégias que os ajudem a



prevenir uma alteração nessa importante ferramenta de trabalho: a voz. Seguem algumas dicas para os cuidados com a voz e comunicação:

Beba água em pequenos goles enquanto estiver lecionando.

Faça contato visual com todos os alunos. Perceba se eles estão prestando atenção na sua aula ou se você precisa mudar a estratégia (mostrar um vídeo, solicitar a participação dos alunos...).

Mantenha uma postura reta e relaxada.

Preste atenção no volume (intensidade) de sua voz. Perceba os momentos da aula e do dia-a-dia que você pode falar mais baixo.

Preste atenção para usar gestos de acordo com o seu discurso, sempre na região entre os ombros e abdome.

Articule bem as palavras. Uma articulação mais precisa ajuda com que os alunos o entendam melhor e aumenta a credibilidade do seu discurso.

Cuidado com as barreiras verbais, como as gírias, erros de português, hesitações (é, né, então, ta...). Essas barreiras podem comprometer a credibilidade do seu discurso e desviar a atenção dos alunos.

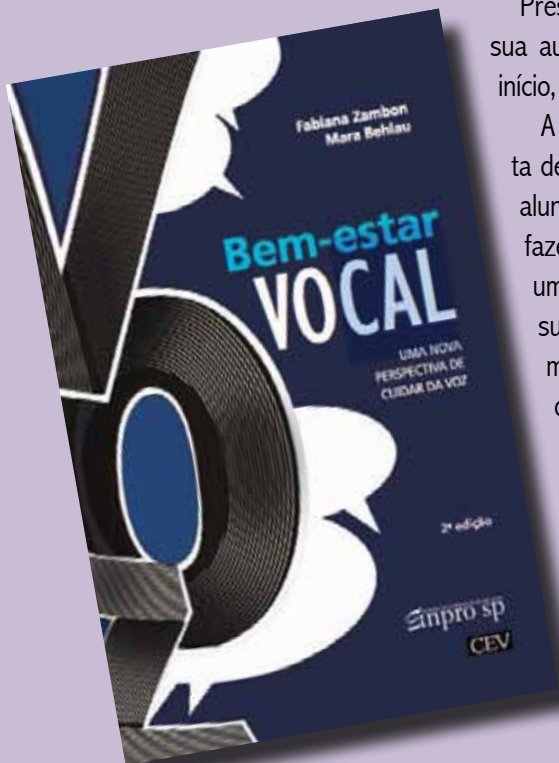
Cuidado com o uso excessivo dos gerúndios, por exemplo, vou estar fazendo ou invés de vou fazer, vou estar realizando ao invés de vou realizar.

Preste atenção na objetividade de sua aula; é importante que ela tenha início, meio e fim.

A voz é uma importante ferramenta de comunicação, por meio dela os alunos devem perceber se você está fazendo uma brincadeira, dando uma bronca ou falando de um assunto sério. Preste atenção se você muda sua voz de acordo com as diferentes emoções.

Treine sua escuta em relação ao discurso do outro.

Para mais dicas e orientações acesse o guia “Bem-estar vocal: uma nova perspectiva de cuidar da voz”, que contém 60 perguntas e respostas sobre a voz. **c**



\* *Fabiana Zambon é Fonoaudióloga Especialista em Voz, Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana – UNIFESP, Fonoaudióloga responsável pelo Programa de Saúde Vocal do SINPRO-SP e Professora do Centro de Estudos da Voz, CEV.*



**No PNE**

**diga *sim* ao Sistema Nacional de Educação**

**É bom para a educação. É bom para o Brasil.**

**Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática  
10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado**



**contee**

Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Ensino



**contee**

Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Ensino